

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.254 - PR (2019/0309361-1)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : FRANCISCO PATRICK ALENCAR AMARAL**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FRANCISCO PATRICK ALENCAR AMARAL, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que negou provimento ao agravo de execução penal de seu interesse.

Daí o presente recurso especial em que o réu aponta violação aos arts. 3º, 5º, § 6º, e 10 da Lei n. 11.671/2008 e 3º do Decreto n. 6.877/2009.

Requer, ao fim, o provimento do recurso especial para que seja cassado o acórdão recorrido, conhecida a irresignação ministerial e apreciado o mérito recursal.

Apresentadas contrarrazões, após o juízo prévio de admissibilidade, os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, ofertou parecer pelo desprovimento do inconformismo (e-STJ fls. 129-135).

É o relatório.

Decido.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Acerca do tema em discussão, assim asseverou o Tribunal de origem (e-STJ fls. 73-75 – grifos acrescidos):

*[...] Do acima exposto, verifica-se que a inclusão e permanência do agravante no sistema penitenciário federal atende às exigências formais previstas na legislação de regência (requerimento de inclusão, oitiva do Ministério Público, da defesa e do DEPEN, e pedido motivado do Juízo de origem), estando devidamente comprovada a situação de excepcionalidade a justificar sua inclusão em presídio federal.*

*O recorrente foi incluído no Sistema Penitenciário Federal, de forma provisória na Penitenciária Federal de Mossoró/RN e, cautelarmente, na Penitenciária Federal de Catanduvas/PR em 05/02/2019, por conta dos ataques ocorridos em janeiro de 2019 em diferentes pontos do território do Estado do Ceará, coordenados por líderes de organizações criminosas recolhidos nas unidades prisionais do Estado", em razão de sua elevada periculosidade e envolvimento com organização criminosa voltada à prática de crimes violentos, dentro do cárcere e extramuros.*

*Segundo Relatórios de Inteligência, FRANCISCO PATRIK ALENCAR AMARAL, vulgo "Samurai", é apontado como um*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*dos principais líderes da organização criminosa Comando Vermelho (CV) no sistema carcerário cearense, exercendo comando pela facção sobre a massa carcerária no estabelecimento penal de origem, possui largo histórico criminal e apresenta elevada periculosidade e alto poder de mobilização de seus subordinados.*

*Já protagonizou crimes como sequestro, roubo, homicídios (um duplamente qualificado), posse ilegal de arma, tráfico de drogas e associação para o tráfico, além de organização criminosa, além de ser "um dos responsáveis por autorizar os mais de 100 ataques no Estado do Ceará, em janeiro de 2019", envolvendo 184 municípios cearenses".*

*Como líder da facção dentro do cárcere, e exercendo liderança extramuros, autorizou, diretamente, a execução de grande parte dos ataques sequenciais em janeiro de 2019, que tiveram início com "a explosão de uma bomba na estrutura de viaduto localizado na região metropolitana de Fortaleza, seguidos de mais de 10 incêndios a ônibus do transporte público", além de atentados a shoppings, estacionamento, concessionárias de veículos, veículos de passeios, caminhões de lixo, equipamentos de fiscalização de trânsito e prédios públicos", e de motim subsequente aos primeiros ataques, promovido pelos internos do estabelecimento prisional (CPPL III) no dia 03/01/2019, instalando verdadeiro clima de terror junto à população, e motivando o envio de mais de 400 homens da Força Nacional de Segurança pelo Governo Federal.*

*Trata-se de elemento vinculado à facção criminosa, ousado e determinado a atender aos comandos da cúpula da organização, com poder de influência sobre a massa carcerária e alto nível de articulação extramuros, restando evidente o risco à segurança pública a justificar sua permanência em presídio federal de segurança máxima.*

*Há, portanto, concretos indícios de que o agravante, como líder do Comando Vermelho no sistema prisional cearense, efetivamente retome a prática criminosa intramuros, exercendo grave e danosa influência sobre a massa carcerária e a sociedade, se devolvido ao sistema penitenciário estadual, Reitero que para a inclusão de apenado no sistema penitenciário federal é indispensável a demonstração de situação de risco, atual ou iminente, que ameace a segurança da sociedade ou do próprio preso, reputando-se incluído no conceito de extrema necessidade o risco à segurança pública caracterizado por ataques em massa e sequenciais ordenados de dentro do cárcere por lideranças de facções criminosas, a ensejar inclusive, o apoio da Força Nacional para contenção da onda de violência (Enunciado 37 Fórum Permanente do SPF).*

*Esses, em resumo, são os fatos que ensejaram a inclusão do apenado no SPF, circunstâncias que não só autorizam sua permanência no SPF, como também evidenciam a necessidade de*

# Superior Tribunal de Justiça

*se manter o agravante em presídio de segurança máxima, em unidade prisional distante da região onde exercia forte poder de influência sobre a massa carcerária, atuando como um dos líderes de facção criminosa.*

*[...] Por fim, a tese defensiva de que o apenado tem direito a permanecer recluso próximo à sua família, também não merece acolhida, seja porque não se trata de direito absoluto, não podendo sobrepor-se ao interesse coletivo, seja porque a segregação tem como especial finalidade, justamente, mantê-lo afastado da organização criminosa a qual pertence. Nesse sentido, precedentes desta Corte (HC nº 5004897-12.2015.404.0000/PR; AGEXP nº 5009091-07.2015.4.04.7000/PR; AGEXP nº 5005039-65.2015.404.7000/PR; AGEXP 2009.70.00.007736-1).*

Depreende-se do excerto transcrito que o acórdão impugnado está em consonância com a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça de que não há vedação legal à determinação de prorrogação da permanência do interno em presídio federal, desde que a decisão esteja devidamente fundamentada em elementos concretos existentes nos autos, que demonstrem a necessidade de continuidade da medida.

Infirmar os fundamentos do acórdão impugnado para a manutenção do apenado no estabelecimento penitenciário federal demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado no âmbito do recurso especial, *ut* Súmula 7/STJ.

A propósito (grifos acrescentados):

**RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. TRANSFERÊNCIA PARA PRESÍDIO FEDERAL. PRORROGAÇÃO. MANUTENÇÃO DOS MOTIVOS. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

**1. Esta Corte Superior de Justiça, ao interpretar o teor do artigo 10, § 1º, da Lei n. 11.671/2008, reconhece a inexistência de vedação legal à determinação de prorrogação da permanência do condenado em presídio federal, desde que a referida decisão esteja devidamente fundamentada em elementos concretos existentes nos autos, que demonstrem a persistência da motivação necessária para a continuidade da medida. Precedentes.**

**2. In casu, conforme informações prestadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, verifica-se que o recorrido integra organização criminosa denominada "Comando Vermelho", sendo responsável pela prática de diversos delitos, muitos ocorridos com violência ou grave ameaça, perturbadores da ordem e da segurança pública, participando, inclusive, de notório episódio de resgate do custodiado Nicolas Labre de Jesus, vulgarmente conhecido como "FAT FAMILY".**

**3. Além disso, possui forte ligação com outros apenados e é**

# Superior Tribunal de Justiça

*conhecido como membro de família responsável por comandar o tráfico de drogas no Morro do Santo Amaro, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro.*

*3. Recurso especial provido.*

(REsp 1727476/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 17/10/2018.)

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESÍDIO FEDERAL. RENOVAÇÃO DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO ENTENDIMENTO ADOTADO NA ORIGEM. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*1. Para a prorrogação do prazo de permanência no sistema federal de segurança máxima, não é imprescindível a ocorrência de fato novo. É suficiente a indicação, em decisão fundamentada, da persistência dos motivos que ensejaram a transferência inicial do preso.*

*2. O acórdão impugnado está em conformidade com a jurisprudência, pois ressaltou contemporâneo incidente de indisciplina e conservação dos motivos que ensejaram a inclusão do agravante na unidade de segurança máxima, tudo a evidenciar sua elevadíssima periculosidade e a necessidade da providência, no interesse da segurança pública e da própria integridade do preso.*

*3. O reeducando, de acordo com o Tribunal a quo, praticou vários crimes e infrações disciplinares em todas as unidades nas quais permaneceu preso, integra facção criminosa, matou cinco presidiários rivais, mediante decapitação, e oferece riscos à população carcerária, aos servidores e aos visitantes. 4. Para afastar as conclusões do acórdão seria imprescindível reexaminar fatos, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 deste STJ.*

*5. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 1273391/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 24/10/2018.)

**PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. RENOVAÇÃO DE PERMANÊNCIA DO AGRAVANTE EM PRESÍDIO FEDERAL. PROCEDIMENTO EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NOS ARTS. 66, III, H, E 86, § 3º, AMBOS DA LEI 7.210/94, C.C OS ARTS. 4º, 5º E 10, §§ 3º, 4º, 5º E 6º, DA LEI 11.671/2008. VIOLAÇÃO À LEGISLAÇÃO FEDERAL NÃO CONFIGURADA. NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DO APENADO EM PRESÍDIO FEDERAL DE SEGURANÇA MÁXIMA FUNDAMENTADA. ART. 3º, I, DO DECRETO 6.877/2009, QUE REGULAMENTA A LEI 11.671/2008. DESEMPENHO DE FUNÇÃO DE LIDERANÇA EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA**

# Superior Tribunal de Justiça

7/STJ.

*I - O deferimento administrativo do apenado em presídio federal de segurança máxima em outro estado da federação observou aos procedimentos previstos nos arts. 66, III, h, e 86, § 3º, ambos da Lei 7.210/94, e nos arts. 4º, 5º e 10, §§ 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei 11.671/2008.*

*II - O Tribunal a quo motivou a necessidade de manutenção do apenado em presídio de segurança máxima federal no fato de o agravante desempenhar função de liderança em organização criminosa (art. 3º, I, do Decreto 6.877/2009), constatando não haver fatos novos que justificassem a alteração de sua situação prisional.*

*III - A revisitação da matéria por esse Tribunal, mostra-se, portanto, inviável, porquanto o interesse na manutenção do agravante no presídio federal restou comprovado e fundamentado pelas instâncias ordinárias. Incidência do verbete sumular n. 7 deste STJ.*

*Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no AREsp 1191457/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 21/03/2018.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator